

## **Como se posicionam os professores perante manifestações culturais com impacto na natureza. Resultados de uma investigação**

**António Almeida**

Escola Superior de Educação de Lisboa – CIED. E-mail: aalmeida@eselx.ipl.pt

**Resumo:** O presente estudo insere-se numa investigação mais ampla que pretendeu verificar a incidência de concepções ambientalistas de teor antropocêntrico, biocêntrico e ecocêntrico em professores dos diferentes ciclos de escolaridade não superior do sistema de ensino português e que se envolvem em projectos de Educação Ambiental (EA). Para tal foram realizadas 60 entrevistas que versavam vários temas relacionados com a temática ambiental, entre os quais a diversidade cultural, a caça e a alimentação humana. Nos primeiros dois temas foi clara a incidência de formas de pensar biocêntricas (centradas na preocupação pelo bem-estar das outras espécies), embora com maior frequência nos professores dos ciclos de escolaridade generalistas (Pré-Escolar e 1º Ciclo) comparativamente aos provenientes dos organizados por disciplinas (2º e 3º Ciclos e Secundário). Todavia, a referida incidência não se manteve para o tema da alimentação humana, tendo a maioria dos inquiridos rejeitado o vegetarianismo como regime alimentar. De assinalar ainda que os temas em análise raramente são abordados pelos docentes numa perspectiva de confronto de diferentes posições acerca dos mesmos.

**Palavras-chave:** diversidade cultural, caça, alimentação humana, perspectivas ambientalistas, educação ambiental

**Title:** Teachers' positions about cultural manifestations with impact in nature. Discussion of ideas with the help of research.

**Abstract:** The present study is part of a wider research, the aim of which was to investigate the extent to which teachers involved in Environmental Education (EE) projects at the various levels of the Portuguese schooling system supported anthropocentric, biocentric or ecocentric perspectives on the environment. To this end, 60 teachers were interviewed on a variety of issues related to the environment, including cultural diversity, hunting and human nourishment. On the first two issues, teachers came out mainly on the side of the biocentric argument (focusing on concern with the well-being of other species), albeit more markedly at the generalist levels of schooling (pre-school and 1st Cycle) than at the specialist levels (2nd and 3rd Cycles and Secondary). However, this was not the case on the question of human nourishment, with the majority of interviewees rejecting vegetarianism as a dietary regime. It was further evident that teachers rarely approached these issues by comparing and contrasting the three above-mentioned environmental perspectives.

**Keywords:** cultural diversity, hunting, human nutrition, environmental world views, environmental education

## Introdução

A presente crise ambiental intensificou uma ampla produção literária de cariz ético, que colocou como aspecto central a necessidade de repensar a postura da humanidade em relação ao planeta como um todo, assim como em relação aos seus constituintes, com destaque para os seres vivos. Esta ampla produção literária tem alimentado a pluralidade do discurso ambientalista, que se reflecte numa análise diversificada das causas e consequências desta mesma crise e no estabelecimento de prioridades distintas entre os vários problemas que enfrentamos.

Apesar desta pluralidade de posições, podem identificar-se três perspectivas ambientalistas principais no modo de conceptualizar a relação do ser humano com a natureza. Estas perspectivas denominam-se de antropocentrismo, biocentrismo e ecocentrismo, e passamos a descrevê-las de forma sucinta.

O *antropocentrismo* defende a centralidade indiscutível do ser humano e valoriza a natureza de um ponto de vista instrumental. Tal centralidade não implica a negação da necessidade de preservação da natureza, uma vez que o mundo natural constitui um recurso quase ilimitado, susceptível de poder ser utilizado para os mais diversos fins humanos (agrícola, industrial, medicinal). Argumentos de teor não economicista, relevando o contributo da natureza para a integridade psicossomática do ser humano, não deixam também de se inserir nesta perspectiva, embora conduzam a actos menos (ou não) predatórios e que não necessitam de se camuflar na retórica do desenvolvimento sustentável. É no quadro destes argumentos que melhor se integra a tese (hipótese) da *biofilia* avançada por Edward Wilson, defensora de uma predisposição humana, de origem genética, impulsionadora de uma relação globalmente empática do ser humano para com as outras formas de vida.

O *biocentrismo* defende o valor intrínseco dos outros seres vivos, independentemente do seu interesse para a espécie humana. A este nível, a preservação da natureza revela-se fundamental para o florescimento dos seres vivos das diferentes espécies. Mas, apesar desta centralidade na vida não humana, algumas teorizações biocêntricas, como as de Peter Singer e de Tom Regan, focalizam-se nos seres de maior complexidade, nos quais se incluem os mamíferos e as aves. Também importa salientar que os autores citados se preocupam igualmente com o modo como são tratados os animais domésticos, criados em regime de produção para a alimentação humana, e contestam ainda a utilização de seres de diversas espécies em testagens variadas, incluindo as decorrentes da investigação médica.

O *ecocentrismo* defende o valor não instrumental dos ecossistemas, e da própria ecosfera, cujo equilíbrio se revela preocupação maior do que a necessidade de florescimento de cada ser vivo em termos individuais. Perante o imperativo de assegurar o equilíbrio ecossistémico, o ser humano deve limitar determinadas actividades agrícolas e industriais, e assumir de uma forma mais notória o seu lado biológico e ecológico, assumindo-se como um dos componentes da natureza. Esta perspectiva inspira-se nas ideias de Aldo Leopold (1886-1948), que considerava a terra (land) um sistema vivo merecedor de consideração moral. Teorizações posteriores de

Baird Callicott, Holmes Rolston III e Arne Naess são, independentemente das suas especificidades, inseridas nesta perspectiva.

Ora, a ampla produção literária a que começámos por fazer referência introduziu para reflexão uma multiplicidade de assuntos, entre os quais se incluem a avaliação de um leque alargado de manifestações culturais, pelas implicações que provocam na natureza e por aquilo que permitem informar acerca da postura do ser humano para com a mesma. Deste modo, começemos por analisar a posição de cada uma das perspectivas ambientalistas mencionadas face aos temas da diversidade cultural, caça e alimentação humana, seleccionados num conjunto de tópicos possíveis de abordar no âmbito referido.

Vivemos numa época marcada pelo discurso (muitas vezes retórico) da valorização da diversidade cultural. Várias nações do mundo confrontam-se, por efeitos da imigração, com costumes e manifestações culturais diversos, por vezes alvo da incompreensão por parte das populações locais. Também os media têm tido um papel assinalável na divulgação de diferentes costumes e manifestações, provenientes dos países mais diversos. Perante os mesmos, temos tendência a avaliá-los, fruto dos nossos filtros de ocidentais, como rudes, inaceitáveis, incompreensíveis, ou manifestamos em alternativa uma tolerância displicente de quem considera que se encontra num patamar culturalmente superior. No entanto, parece indiscutível que algumas práticas profundamente lesivas da integridade do ser humano, como a mutilação genital feminina em algumas sociedades africanas, se revelam totalmente inaceitáveis. E o que dizer igualmente quando estão em causa manifestações brutais envolvendo animais não humanos, como, por exemplo, o combate de ursos, comum em alguns países asiáticos?

No entanto, serão as nossas sociedades ocidentais um modelo de coerência e virtude no que se refere às práticas culturais que envolvem diferentes seres vivos? Como enquadrar estas práticas culturais no seio de uma nova ética que parece emergir fruto da presente crise ambiental?

Cada uma das perspectivas ambientalistas apresentadas tende a enfatizar determinados aspectos associados à diversidade cultural. Diríamos que manifestam em comum uma clara rejeição por práticas em que a vida ou a dignidade humanas sejam postas em causa. Mas a ênfase em relação ao modo como tratamos os outros seres vivos distingue-as de forma notória. O antropocentrismo tende a condenar as manifestações que envolvem os outros seres vivos, principalmente animais, mais pelo facto de o tipo de violência gratuita poder desvirtuar o carácter dos indivíduos, ou ferir a sensibilidade de quem as possa presenciar, do que propriamente pelos aspectos lesivos que afectam as outras formas de vida. Pelo contrário, o biocentrismo opõe-se determinadamente a todas as manifestações e práticas que ponham em causa a integridade dos animais. Neste âmbito incluem-se os rituais sacrificiais que ocorrem em algumas sociedades tribais e em outras sociedades; a sua utilização como fonte de divertimento em lutas, rodeos, touradas e circos; as práticas comerciais que os expõem de forma pouco digna, como as que acontecem em feiras e lojas de animais. O ecocentrismo revela a posição mais tolerante perante as diferentes manifestações culturais envolvendo animais, porque as olha como o

resultado de uma relação intensa que as diferentes sociedades humanas sempre estabeleceram com a natureza, e que apenas se alterou no contexto da sociedade tecno-industrial. Assim são avaliadas muitas das práticas das sociedades tribais e outras manifestações tradicionais que ocorrem no mundo rural do mundo ocidental, consideradas inócuas de um ponto de vista ecológico, mesmo quando envolvem a mortalidade de alguns seres vivos.

Perante uma manifestação ancestral do ser humano que envolve a morte dos animais em maior escala, como é a caça, importa igualmente verificar as diferenças com que a mesma é encarada pelas três perspectivas em discussão. De um ponto de vista antropocêntrico, a caça é sobretudo valorizada pelo conjunto de destrezas que desenvolve no ser humano: atenção, observação, agilidade, para além da sensação de bem-estar decorrente de uma actividade ao ar livre. Aparentemente, dado o valor atribuído à integração do ser humano nos ecossistemas nas teses ecocêntricas, poder-se-ia imaginar uma coincidência de posições perante as perspectivas antropocêntrica e ecocêntrica no que se refere a este assunto. Todavia, se exceptuarmos a sua total legitimação no contexto das sociedades tribais, a posição ecocêntrica revela-se bem mais complexa.

Para Rolston III (1988), a caça encontra-se na transição entre o nosso lado biológico e cultural, e isso explica parte dos sentimentos contraditórios que manifestamos em relação a esta actividade. Mas, uma vez que com a domesticação de animais perdeu peso no domínio da subsistência, passou a ganhá-lo no domínio recreativo, o que obriga a repensar a sua legitimidade. Para este autor, esta mudança transformou a caça na afirmação de um conjunto de vaidades masculinas que degeneram num machismo que encobre complexos de inferioridade. Como agravante à sua posição crítica, Rolston III constata que muitos caçadores, ao contrário do que se passa nas já citadas sociedades tribais, nem sequer se alimentam dos animais caçados, numa inaceitável manifestação de desperdício. Por isso, desenvolvida no âmbito recreativo, o melhor que se pode destacar nesta actividade é o seu contributo para a construção do carácter, uma manifestação do impulso de conquista sem o qual não teríamos atingido a civilidade; a caça retira-nos do estado contemplativo da natureza e mergulha-nos num estado participativo que nos faz regressar às origens, num processo de recriação que conduz à compreensão de que nunca podemos abandonar totalmente a natureza. Naess (1989) é outro autor que reforça este tipo de ideias. Considera que a caça nos reporta à fase em que o homem era caçador-recolector e em que o esforço empreendido transforma a experiência de um ponto de vista qualitativo. O lado positivo decorre precisamente do processo em si, revelador da integração do ser humano na natureza, numa submissão clara aos princípios ecológicos. Neste sentido, o caçador sente mesmo um imperativo genético cuja repressão pode até ser perigosa. Com estas ideias Naess aproxima-se claramente da tese de *biofilia* proposta por Wilson, a que fizemos referência no início, da existência de um ímpeto positivo orientado para com a natureza.

Mas se o facto de potenciar a integração do ser humano na natureza é razão para os ecocêntricos tolerarem em parte a caça, a sua legitimação parece impor-se quando se revela uma actividade reguladora do equilíbrio

dos ecossistemas. Ainda assim, e se atendermos às ideias de Marcus (2005), a sua aceitação não é incondicional. Desde logo este autor chama a atenção para o facto de que a caça se transformou em muitas regiões num elemento regulador dos ecossistemas porque o ser humano tem dizimado uma série de predadores naturais que eram responsáveis por este controlo. Além disso, muitos caçadores procuram caçar animais como troféus e matam predominantemente machos de grande porte. Trata-se assim de uma escolha que subverte o processo de selecção natural, preferencialmente direccionado para animais doentes e mais fracos.

As posições biocêntricas caracterizam-se também pelo reconhecimento da legitimidade da caça no quadro das necessidades dos povos tribais. Não há de facto nenhum biocêntrico que defenda que, por exemplo, os esquimós devam tornar-se vegetarianos. Quanto à actividade da caça nas sociedades modernas, a sua posição é a expectável, atendendo à preocupação que manifestam pelo florescimento das formas de vida animal e, por isso, a sua posição é frontalmente contra. Na argumentação defensora desta posição há uma chamada de atenção para a deslealdade inerente à prática de caçar. Como salienta Taylor (1989), "o homem caçador é um homem dissimulado. Leva até, no caso da caça aos patos, um chamariz de imitação. (...) A conduta do caçador é a de procurar enganar o animal, ou seja, ganhar vantagem da confiança manifestada por um animal" (p. 180), algo que deve ser considerado intolerável. Também Regan (1983) rejeita claramente a caça desportiva. Os argumentos frequentemente utilizados pelos caçadores de que constitui um óptimo exercício que permite a comunhão com a natureza, que decorre de uma tradição e que potencia o convívio entre amigos ou até proporciona a satisfação decorrente de um tiro certo, são inaceitáveis na perspectiva dos direitos dos animais. Mas Regan (1983) contesta com igual veemência a caça terapêutica, com a finalidade de manter o equilíbrio dos ecossistemas. Por exemplo, duvida que a colocação de armadilhas para controlo de indivíduos de uma dada espécie que ultrapassa a capacidade de suporte do meio seja preferível à da morte natural dos animais com fome. Muitas armadilhas induzem um sofrimento maior, causando uma morte lenta e agonizante. Há ainda meios alternativos para atingir tais objectivos e que não implicam mortalidade, como a esterilização ou até a introdução de predadores naturais. Além disso, Regan considera as práticas cinegéticas, em que é permitida a caça dentro de cotas, uma retórica pretensamente centrada no bem-estar dos animais, mas que visa apenas continuar com uma actividade que serve os interesses de alguns seres humanos.

Por último, no âmbito dos temas associados a manifestações culturais com impacto no mundo vivo que seleccionámos, caracterizamos o modo como a alimentação humana é encarada pelas diferentes perspectivas em discussão. Desde logo é inegável que nos alimentamos fruto de um imperativo biológico. Mas tudo o que rodeia a alimentação humana transformou-a num dos actos culturais mais importantes e rotineiros.

Também neste assunto se verifica alguma aproximação entre as posições antropocêntrica e ecocêntrica, se considerarmos que ambas legitimam o consumo de animais, embora a argumentação utilizada seja diferente. No âmbito do antropocentrismo, cabe a cada ser humano escolher aquilo de que gosta de comer, sendo o consumo de carne um dos prazeres

alimentares humanos. Prova disso mesmo é que quando aumenta o poder de compra de uma dada população, aumenta igualmente o consumo de produtos de origem animal (Relatório Brundtland, 1987, p. 119).

As posições ecocêntricas centram-se menos no livre arbítrio do ser humano ou no hedonismo da escolha, e preferem salientar fundamentalmente a condição de omnívoro do ser humano, que, sendo fruto do processo evolutivo, é a que melhor responde ao funcionamento saudável do organismo humano. E porque salientam que a alimentação traduz uma necessidade biológica, não vêem razão para que o consumo de animais não possa suceder. E por isso Rolston (1988) afirma: "Aqueles que matam por gosto podem ter falhado no seu crescimento moral; por vezes aqueles que objectam qualquer morte na natureza e no encontro do ser humano com a natureza não têm crescido nem biologicamente nem moralmente" (p. 91).

Posição radicalmente diferente manifestam os biocêntricos por defenderem o vegetarianismo (regime alimentar que admite o consumo de alguns produtos de origem animal, como leite e derivados ou ovos) ou o veganismo (regime alimentar circunscrito exclusivamente a produtos de origem vegetal). O veganismo em especial, e se seguido por milhões de consumidores, evita as maleitas já detectadas na saúde humana associadas ao consumo de animais, ou produtos de origem animal, criados num regime de produção industrial e promove em simultâneo o bem-estar de muitos seres vivos que deixam de ter de ser submetidos ao referido regime.

O modo como a produção de animais para a alimentação ocorre nos mais diversos países tem sido precisamente um dos temas abordados por Peter Singer que, em *Libertação Animal*, descreve os horrores a ela associados. Este modo de produção, fomentado pelo desenvolvimento tecnológico, passa por afectar o desenvolvimento normal dos seres vivos, impedindo que estes tomem parte numa comunidade de animais de várias idades, tal como aconteceria nas suas condições naturais, e na violação de grande parte dos padrões e necessidades inatas que manifestavam os seus ancestrais em meio natural. Os exemplos seguintes são prova disso mesmo: as aves são mantidas aos milhares em áreas onde não podem esgravatar, tomar banhos de pó, construir locais de postura ou estender as asas; as vacas leiteiras permanecem em espaços fechados e confinados, onde as condições abióticas são meramente ajustadas à rentabilidade; outros bovinos são mantidos em espaços exíguos para que não desenvolvam tecido muscular e assim a sua carne se torne tenra. Estes animais sofrem ainda experiências dolorosas, como o corte dos chifres, a castração e a marcação em brasa; os suínos também são mantidos sem condições, e Singer destaca o facto de estes animais possuírem um grau de inteligência semelhante ao dos cães para melhor entendermos a intensidade do seu sofrimento. Por isso, Midgley (1992) admite que a maioria de nós trataria num contacto directo os animais de maneira distinta da que tacitamente permitimos fora do nosso campo de visão, embora seja discutível se efectivamente ignoramos (ou fingimos ignorar) os meandros da cadeia de produção animal. Parece assim que, comparativamente à caça, o sofrimento a que são submetidos os animais em regime de produção é incomparavelmente superior.

## Enquadramento da investigação - aspectos metodológicos

Perante uma tão grande diversidade de argumentos acerca do impacto de diferentes manifestações culturais no mundo vivo, e da constatação de que o mesmo sucede para outros assuntos de cariz ambiental, delineamos a presente investigação que se inseriu num estudo mais amplo que pretendeu averiguar a incidência de concepções características das perspectivas ambientalistas já referidas – antropocêntrica, biocêntrica e ecocêntrica – em professores do ensino não superior, a partir do questionamento acerca de vários assuntos relacionados directa ou indirectamente com a temática ambiental (Almeida, 2005).

Para o efeito, foram entrevistados os primeiros 60 docentes indicados pelos órgãos de gestão de escolas e jardins de infância dos distritos de Lisboa e Setúbal, e provenientes dos seguintes ciclos de escolaridade: 15 educadores de infância (Pré-Escolar), 15 professores do 1º Ciclo, 15 do 2º Ciclo e 15 do 3º Ciclo e Secundário, unidos pela particularidade de se encontrarem envolvidos em projectos de Educação Ambiental (EA). Para uma melhor compreensão da organização dos ciclos educacionais em Portugal apresentamos o quadro 1:

	Pré-Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
Anos de escolaridade		1-4	5-6	7-9	10-12
Idade das crianças e dos jovens	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17

Quadro 1.- Ciclos do Sistema Educativo Português.

O envolvimento em EA foi considerado fundamental, uma vez que eventuais valores trabalhados nesta área transdisciplinar, como o do respeito pelas outras formas de vida, poderiam ter colocado na agenda destes professores alguns dos temas a que damos destaque no presente artigo. No contacto com os órgãos de gestão apenas solicitámos um professor por escola, não só para aumentar a variabilidade da amostra, como por considerarmos que vários professores de uma mesma instituição, envolvidos num mesmo projecto, poderiam encontrar-se comprometidos com o mesmo sistema de valores. É de assinalar que constatámos desde o primeiro contacto serem poucos os docentes envolvidos em projectos de EA, tendo a maioria das escolas mencionado não possuir ninguém com as características desejadas, o que não deixa de ser surpreendente se atendermos a que a causa ambiental ganhou uma centralidade indiscutível nas últimas três décadas.

Fruto do processo de selecção explicado, a amostra foi constituída por professores profissionalizados com, no mínimo, 7 anos de tempo de serviço, sendo os docentes do 2º Ciclo e do 3º Ciclo e Secundário maioritariamente licenciados em cursos de Ciências Naturais (16) e Geografia (5). Os restantes 9 possuíam licenciaturas em Agronomia, Economia, Educação Física, Filosofia, História e Filologia Românica.

As entrevistas foram realizadas nos primeiros quatro meses de 2004. A sua estrutura foi pensada em três partes distintas. Na primeira, os entrevistados registaram, em folha concebida para o efeito, alguns dados

peçoais e profissionais. Nestes dados incluímos o pedido de uma listagem dos principais temas já trabalhados com os alunos no âmbito da EA; na segunda, responderam a 12 perguntas de resposta aberta, a maioria de natureza didáctica relacionadas com a implementação de projectos de EA; na terceira foram convidados a posicionar-se perante os seguintes dez temas de forma não livre – questões fechadas: o valor da natureza, a espécie humana, a diversidade cultural, a caça, a alimentação humana, os jardins zoológicos e parques afins, os parques e reservas naturais, o desenvolvimento económico, a poluição e o consumo de produtos ecológicos. Por fim perguntámos aos docentes se algum destes temas já tinha sido objecto de discussão/análise com os alunos.

Para cada um dos dez temas considerados foram apresentadas três afirmações, cada uma reflectindo uma das perspectivas em discussão – antropocêntrica, biocêntrica e ecocêntrica. As frases procuraram traduzir, para cada um dos temas, as ideias mais representativas de cada uma das perspectivas em discussão. Aos professores era pedida a ordenação das afirmações, partindo daquela com que mais se identificavam. Pedimos aos participantes que justificassem sempre a sua 1ª escolha para permitir a verificação de que a sua selecção era consistente e também para possibilitar aos professores que não se identificavam totalmente com a afirmação escolhida a oportunidade de evocarem as razões por que, mesmo assim, a consideravam preferível às outras duas. A decisão de incluir questões fechadas, assim como de pedir a sua respectiva ordenação, resultou de uma cuidadosa ponderação das desvantagens e vantagens decorrentes desta forma de questionamento. Em relação às desvantagens, assinalamos os seguintes aspectos: alertam para perspectivas sobre as quais os entrevistados podem nunca ter pensado; excluem outros argumentos antropocêntricos, biocêntricos ou ecocêntricos que os entrevistados poderiam privilegiar sobre os temas contemplados e impossíveis de contemplar numa frase necessariamente curta; obrigam a uma ordenação que pode ser considerada forçada pelos participantes quando estes admitem a igual pertinência de argumentos muito diversos.

Em termos de vantagens assinalamos as seguintes: obrigam os inquiridos a posicionarem-se perante as ideias das diferentes perspectivas ambientalistas sem ambiguidade; permitem a expressão de uma opinião (por escolha dirigida) sobre assuntos que podem não ter sido objecto de reflexão e sobre os quais, portanto, os participantes teriam dificuldade em se posicionar se sujeitos a uma pergunta aberta; impedem a dispersão discursiva e a fraca focalização com que muitos sujeitos tendem a responder a questões abertas; tornam perceptível a consistência da resposta do participante, desde que se solicite uma justificação; facilitam o tratamento das respostas em termos de investigação.

Os temas abordados nas perguntas fechadas e incluídos em algumas das perguntas abertas foram agrupados nos quatro grandes campos temáticos seguintes: Campo I – A natureza como fonte de valor; Campo II – Manifestações culturais: suas implicações na natureza; Campo III – Estratégias para a preservação da biodiversidade; Campo IV – O papel da economia e das diferentes actividades produtivas na sociedade.



Este artigo apenas contempla a análise dos temas associados ao Campo II e que incluem o posicionamento face à diversidade cultural, caça e alimentação humana. As afirmações sobre as quais os professores tiveram que optar constam no quadro 2.

### **Manifestações culturais: suas implicações na natureza**

#### **Posicionamento face à diversidade cultural**

**A** - A diversidade cultural é um valor importante desde que determinadas práticas não ponham em causa a integridade humana e a das diferentes formas de vida, já que tais práticas podem ter um efeito negativo no carácter das pessoas que as realizam ou que as observam.

**B** - A diversidade cultural é um valor importante desde que determinadas práticas não ponham em causa a integridade humana e a das diferentes formas de vida, principalmente de espécies mais complexas cujos membros possuem uma vida própria merecedora de ser respeitada.

**C** - A diversidade cultural é um valor importante, havendo determinadas práticas que envolvem seres vivos ou seres inanimados que são manifestações ancestrais da integração do Homem na natureza e da sua relação com outras formas de vida.

#### **Posicionamento face à caça**

**A** - A caça é uma actividade importante para o ser humano porque proporciona o desenvolvimento de destrezas várias, como a atenção, a observação, a manipulação, a agilidade, entre outras, e uma sensação de bem-estar fruto de uma actividade ao ar livre.

**B** - A caça é uma actividade desprovida de sentido, pois não corresponde a qualquer necessidade real do Homem moderno e desrespeita o florescimento natural das espécies caçadas através de técnicas de dissimulação que visam enganá-las.

**C** - A caça, embora não sendo particularmente relevante ao nível das destrezas que desenvolve na espécie humana, acentua uma ligação do Homem com a natureza e pode ainda justificar-se quando determinadas espécies colocam em perigo o seu equilíbrio.

#### **Posicionamento face à alimentação humana**

**A** - O regime alimentar do Homem deve incluir alimentos diversos, sendo isso uma questão de gosto, preferências e necessidades das pessoas, contribuindo ao mesmo tempo para a sua saúde.

**B** - O regime alimentar do Homem deve incluir essencialmente alimentos que, em simultâneo, possibilitem a saúde das pessoas sem causar a mortalidade de indivíduos de origem animal.

**C** - O regime alimentar do Homem deve incluir alimentos diversos, sendo isso o resultado do próprio passado evolucionário da espécie humana, e corresponde, por isso, à solução adequada para a saúde das pessoas.

**Nota:** As afirmações de teor antropocêntrico, biocêntrico e ecocêntrico surgem sempre por esta ordem.

Quadro 2.- Afirmações perante as quais os professores tinham de optar, referentes aos temas da diversidade cultural, caça e alimentação humana.

A entrevista pode ser classificada como directiva ou estandardizada, sequenciada e conduzida de forma invariável em termos da postura do entrevistador face aos entrevistados. Estas características permitiam transformá-la num questionário susceptível de ser enviado pelo correio. Mas se um tal procedimento conduziria a um claro alargamento da amostra, a verdade é que pretendíamos respostas pessoais e espontâneas não sujeitas a discussão com outros docentes, o que seria provável se tivéssemos enviado pelo correio vários questionários para uma mesma escola. De cada entrevista, com uma duração média de uma hora, foi feito o registo em gravação áudio, para uma análise mais fidedigna das razões associadas a cada selecção. Algumas justificações dos participantes foram transcritas na íntegra, e de outras apenas a parte que considerámos mais relevante para a compreensão da sua posição sobre o assunto em discussão. No entanto,

procedemos à correcção gramatical das frases e retirámos marcas excessivas de oralidade (incorrecções, bordões, e outras idiossincrasias discursivas), mas procurando nunca alterar o sentido das frases expressas. Considerámos que alguma correcção se justifica até como forma de assegurar a dignidade dos participantes na apresentação escrita do seu discurso oral.

Para o tratamento das respostas da entrevista considerámos dois grupos com 30 indivíduos cada: por um lado, os educadores de infância e os professores do 1º Ciclo (EI + 1º C); por outro, os professores dos 2º e 3º Ciclos e Secundário (2º C + 3º C e S). A razão principal para a constituição destes grupos decorreu da diferença entre modelos de formação destes docentes (generalista no 1º caso, especializado no 2º) e da consequente vivência profissional marcada pelo nível etário dos alunos com que trabalham. Partimos do princípio de que esta vivência diferenciada podia motivar abordagens conceptualmente distintas destes temas ou ainda motivar uma frequência de tratamento igualmente dissemelhante.

Para detectar possíveis diferenças com significado estatístico utilizámos o teste de qui-quadrado (estatística não paramétrica) para verificação da homogeneidade entre grupos no que se refere à incidência das perspectivas ambientalistas - Antropocêntrica (A), Biocêntrica (B) e Ecocêntrica (E) - para cada um dos dez temas já referidos. O teste foi primeiro aplicado em relação à 1ª opção escolhida. Em relação à escolha das 1ª e 2ª opções conjugadas, não foi possível a aplicação do teste de qui-quadrado utilizando o mesmo procedimento pela razão que de imediato se explica. O leque de possibilidade de escolha por parte dos inquiridos passou a ser o seguinte: 1ª Antropocêntrica, 2ª Biocêntrica (AB); 1ª Antropocêntrica, 2ª Ecocêntrica (AE); 1ª Biocêntrica, 2ª Antropocêntrica (BA); 1ª Biocêntrica, 2ª Ecocêntrica (BE); 1ª Ecocêntrica, 2ª Antropocêntrica (EA); 1ª Ecocêntrica, 2ª Biocêntrica (EB). Deste facto resultou uma maior dispersão das selecções dos participantes por seis pares de respostas, o que fez com que não se verificasse a condição mínima de aplicabilidade do teste que, segundo Conover (1999), deixa de verificar-se quando as frequências esperadas são inferiores a 1.

Assim, para a constatação de diferenças entre grupos para cada tema, foi necessário considerar cada um dos pares de resposta mencionados isoladamente (por exemplo, quando um dos pares estava presente atribuímos o valor 1, quando ausente o valor 0). A escolha desta via possibilitou ainda que, perante a persistência das condições de não aplicabilidade referidas, fosse possível verificarmos o valor de probabilidade a partir do teste de Fisher. De qualquer forma, face a tantas condicionantes, demos pouca relevância a este valor estatístico, embora tenhamos considerado importante comparar a frequência de alguns pares de respostas. O programa utilizado foi o SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), e o nível de significância utilizado para os testes foi sempre para valores de  $p \leq 0,05$ .

Os participantes durante a entrevista manifestaram grande concentração na leitura das três afirmações que acompanhavam cada tema, e solicitaram um ou outro esclarecimento acerca da correcta interpretação do sentido das afirmações. A ordenação efectuada pareceu assim reflectir a perspectiva

real dos indivíduos. Após a entrevista, a maioria dos professores afirmou-nos que os itens os tinham confrontado com temas e perspectivas sobre os quais nunca tinham reflectido, pelo menos de forma sistemática, e mostraram muito interesse em conhecer os resultados da investigação. Para Kahn (1999) são precisamente manifestações como estas que fazem aumentar a confiança nos dados recolhidos.

### **Análise dos resultados**

De seguida apresentamos os resultados referentes às respostas dos docentes dos dois grupos considerados sobre o seu posicionamento acerca da diversidade cultural, caça e alimentação humana. No que se refere às justificações dadas pelos professores importa salientar que um número significativo constituiu uma mera paráfrase do teor da afirmação seleccionada. Por este motivo apresentamos apenas aquelas que consideramos melhor nos ajudarem a compreender a sua selecção.

Desde já é de salientar que os professores afirmaram trabalhar muito raramente estes temas com os seus alunos, pelo menos com o intuito de despertar diferentes formas de olhar para os mesmos. Apenas um dos professores do 1º grupo referiu ter abordado o tema da caça no decurso das suas aulas, embora não obedecendo a qualquer planificação prévia. Esta inclusão espontânea foi motivada por uma atitude de uma criança que se recusou a colorir umas gravuras onde figuravam caçadores. Justificou a sua recusa por considerar que os caçadores faziam mal aos animais, o que motivou um pequeno debate na classe sobre o assunto. Quanto aos outros dois temas, apenas o da alimentação humana foi recorrentemente citado por praticamente todos os professores do 1º grupo (28) assim como pelos professores de Ciências Naturais do 2º grupo (16). Todavia, todos reconheceram efectuar uma abordagem apenas na óptica dos cuidados a ter para com uma alimentação saudável, afirmando por exemplo nunca terem discutido a questão do consumo de animais ou do impacto ecológico de diferentes tipos de alimentos. Importa ainda salientar que o tema trabalhado por todos os professores em vários anos lectivos tem sido o dos resíduos sólidos urbanos.

No que se refere aos resultados obtidos para cada um dos três temas em análise, começamos por apresentar os resultados em relação à diversidade cultural (quadro 3).

A frequência de respostas revelou diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, embora no limite do nível de significância ( $p = 0,050$ ). A afirmação biocêntrica foi a mais escolhida pelos docentes de ambos os grupos, mas com uma frequência distinta (respectivamente, 22 - 73% e 13 - 43%), diferença que ocorreu igualmente entre os participantes que optaram pela afirmação ecocêntrica (4 - 13% e 11 - 37%). A afirmação antropocêntrica mereceu a concordância de 10 docentes (6 do 2º grupo). O par de respostas mais escolhido foi o BA; foram 16 sujeitos do 1º grupo que o escolheram (73% dos que optaram pela afirmação biocêntrica em 1º lugar), e o mesmo aconteceu com 11 do 2º (85% do total de respostas biocêntricas deste grupo). Dos 11 docentes do 2º grupo que se posicionaram de um ponto de vista ecocêntrico, 8

optaram pelo par EB (73% da 1ª escolha). Entre os pares de afirmações escolhidas não se verificaram diferenças estatisticamente significativas.

	Diversidade cultural		
	1º G	2º G	T
<b>A</b>	4	6	10
<b>B</b>	22	13	35
<b>E</b>	4	11	15
<b>X<sup>2</sup></b>	P = .050		
<b>AB</b>	3	5	8
<b>AE</b>	1	1	2
<b>BA</b>	16	11	27
<b>BE</b>	6	2	8
<b>EA</b>	0	3	3
<b>EB</b>	4	8	12

Quadro 3.– Incidência das perspectivas antropocêntrica (A), biocêntrica (B) e ecocêntrica (E) como 1ª opção e conjugando as 1ª e 2ª opções (AB, AE, BA, BE, EA e EB) para o tema "diversidade cultural" e em função dos dois grupos em análise: 1º G (EI + 1º C) e 2º G (2º C + 3º C e S).

As justificações biocêntricas centraram-se na questão do respeito pelas outras formas de vida, e na avaliação de algumas manifestações culturais como violentas e cruéis. Cinco docentes (3 do 2º grupo) consideraram mesmo que as diferentes manifestações deveriam respeitar todos os seres vivos e não somente (ou especialmente, como consta na afirmação) os provenientes das espécies mais complexas. Outros preferiram destacar a mutabilidade das práticas culturais, e que a sua ancestralidade não pode constituir um critério de legitimação para todos os actos humanos. *"Não é porque na Idade Média se sacrificavam animais que temos de continuar a fazê-lo"* (EI + 1º C). Pelo contrário, como afirmou outro docente, é necessário reflectirmos sobre as tradições.

Nas justificações ecocêntricas o foco principal foi precisamente o de assinalar o respeito pelas tradições, e a referência a que contribuem para a coesão social:

*As tradições fazem parte da vida das pessoas e se acabam há uma parte da vida cultural que desaparece. Muitas vezes é uma questão de sobrevivência, uma questão de reunir os amigos e a família. É uma festa... A matança do porco não é vista como sendo uma coisa má... Assim como a tourada é uma festa!* (EI + 1º C)

A este respeito, 3 docentes do 2º grupo afirmaram que muitas destas manifestações apelam à integração do Homem na natureza, e que pelo facto de não as considerarmos todas desejáveis, isso não é razão para impormos aos outros os nossos padrões de conduta. Por isso, salientaram a necessidade de não avaliarmos tudo pelo prisma dos valores ocidentais ou urbanos, mas antes criarmos condições para que determinadas tradições possam ser abandonadas, se as pessoas assim o acabarem por desejar.

*Não podemos ir para essas comunidades e dizer "não podem!" No caso da tourada, é preciso fazer um trabalho com os jovens e levá-los a compreender que não precisam de ter um ritual de iniciação numa praça; podem ter o ritual de iniciação noutros sítios. E que para a coesão social*

*daquela comunidade não é preciso matar o touro! Mas isso leva gerações! Não é atacando as pessoas, como fizeram algumas associações de defesa dos animais. (2º C + 3º C e S)*

Dois docentes lembraram que, embora algumas manifestações envolvam a mortalidade de seres vivos, esta é efectuada de um modo sustentado e natural.

*Quando são mortos seres vivos tudo é feito com respeito pela natureza. Não é com o objectivo de matar por matar. Se isso, muitas vezes, leva à morte de algum animal, será um mal menor, porque a quantidade de seres que estará envolvida nisso, se calhar é mínima. E certamente será mais importante aquilo que se faz passar para a própria população, em termos da atitude de respeito para com o ambiente, do que os três ou quatro animais que foram mortos. (2º C + 3º C e S)*

*O que me parece, e daquilo que eu tenho vivenciado, é que as pessoas quando concretizam essas práticas, que têm a ver com a sua cultura, as encaram como naturais. Portanto, aquilo que nos choca não é chocante para essas pessoas, aquilo que para nós é estranho não é estranho para essas pessoas, porque faz parte da sua cultura. Possivelmente para eles é estranho nós irmos ao jardim zoológico. (2º C + 3º C e S)*

E ainda um outro sujeito que se inseriu nesta mesma linha de pensamento contrapôs que há manifestações nas sociedades modernas bem mais desrespeitadoras das diferentes formas de vida do que as que ocorrem nas culturas não ocidentais. Contudo, 2 dos sujeitos do 2º grupo, apesar da selecção da afirmação ecocêntrica, mostraram algumas reservas à sua própria tolerância para com determinadas manifestações culturais e defenderam a existência de alguns valores universais. Como afirmou um deles:

*Por um lado, é importante que cada cultura preserve e tenha o seu espaço de diferença, mas há valores que não podem ser legitimados. Por exemplo, a pena de morte, a tirania e por aí fora. Penso que perante certos valores, mesmo outras culturas, outros povos, devem e têm o direito moral de intervir. (2º C + 3º C e S)*

Em relação às justificações antropocêntricas, estas limitaram-se na sua maioria a reproduzir o conteúdo da afirmação apresentada. Seleccionámos apenas a resposta seguinte por a considerarmos representativa desta maneira de pensar.

*Eu pelo menos não consigo compreender como é que as pessoas têm aquelas práticas. Fico um tanto ou quanto deprimida e revoltada quando vejo touradas, ou lutas com cães, que agora estão muito na moda... É um sinal de agressividade, de questões que não estão resolvidas nas pessoas... Não é tanto um aspecto cultural, é mais uma imposição; é uma forma de estar que acaba por chocar os outros. E não há uma justificação para esses actos. (EI + 1º C)*

Em relação ao posicionamento face à caça, verificámos frequências distintas nos dois grupos (quadro 4).

Os docentes do 1º revelaram-se, à semelhança do tema anterior, maioritariamente biocêntricos (26 - 87%), enquanto os do 2º se

distribuíram mais equitativamente entre as posições biocêntrica e ecocêntrica (17 - 57% e 13). Nenhum participante optou pela afirmação antropocêntrica como 1ª escolha, o que constituiu um dado igualmente relevante. Da aplicação do teste de Qui-quadrado obtivemos um valor de  $p = 0,01$ , indicador de que as diferenças são estatisticamente significativas. Esta tendência manifestou-se igualmente em relação à frequência do par BE ( $p = 0,012$ ), uma vez que, nos dois grupos, a sua escolha obedeceu praticamente à mesma distribuição da selecção da afirmação biocêntrica enquanto 1ª opção (25 e 16 respectivamente). Em relação aos docentes do 2º grupo que revelaram uma concepção ecocêntrica sobre o tema, dividiram-se quase equitativamente entre os pares EA e EB (6 e 7 respectivamente).

	Caça		
	1º G	2º G	T
<b>A</b>	0	0	0
<b>B</b>	26	17	43
<b>E</b>	4	13	17
<b>X<sup>2</sup></b>	p = .010		
<b>AB</b>	0	0	0
<b>AE</b>	0	0	0
<b>BA</b>	1	1	2
<b>BE</b>	25	16	41
<b>EA</b>	1	6	7
<b>EB</b>	3	7	10

Quadro 4.- Incidência das perspectivas antropocêntrica (A), biocêntrica (B) e ecocêntrica (E) como 1ª opção e conjugando as 1ª e 2ª opções (AB, AE, BA, BE, EA e EB) para o tema "caça" e em função dos dois grupos em análise: 1º G (EI + 1º C) e 2º G (2º C + 3º C e S).

Perante este tema, os participantes justificaram a sua escolha com rapidez e convicção. Para tal parece ter contribuído uma posição predominantemente de rejeição, mesmo de aversão perante a caça e, consequentemente, a sua admissão circunscrita a situações muito particulares. Assim, foi caracterizada como uma actividade desprovida de sentido e a selecção das afirmações foi acompanhada de manifestações de horror, mesmo por parte dos que se posicionaram de um ponto de vista ecocêntrico. As maneiras diversas, e igualmente depreciativas, como foi classificada por grande parte dos docentes que se identificaram tanto com a afirmação biocêntrica como com a ecocêntrica traduzem bem o seu sentir sobre este assunto. Foi apelidada de: "*desporto sádico*"; "*desporto bárbaro*"; "*actividade ao serviço dos maus instintos humanos*"; "*coisa repugnante*"; "*acto de violência*"; "*actividade que visa enganar os animais*"; "*actividade desleal principalmente quando são utilizados meios especialmente mortíferos.*" Este último argumento foi expresso por um docente de cada grupo, e seleccionámos uma parte da resposta de um deles:

*A caça não corresponde a nenhuma necessidade básica, nem real, e utilizam-se armas muito sofisticadas para não dar hipóteses ao animal caçado. É uma luta absolutamente desigual.* (2º C + 3º C e S)

Um outro docente deste grupo salientou que o reconhecimento do valor das outras formas de vida obriga a que tenhamos de abdicar de alguns caprichos. Outros questionaram o próprio sentido da actividade e como se permite que qualquer um a pratique. Subjacente a todas estas ideias foi sem surpresa que detectámos uma atitude depreciativa perante os caçadores, mais intensa nos que optaram pela afirmação biocêntrica. Apresentamos duas respostas que traduzem este tipo de posicionamento crítico.

*Antigamente o Homem pré-histórico caçava porque precisava de se alimentar. Agora os caçadores fazem-no por desporto. E para quê? Qual é o fundamento? Eu acho que nem eles o sabem... Por que é que andam a dar tiros aos animais? Qual é o sentido? Eles andam ali a fazer o quê? Nunca ninguém me explicou!* (EI + 1º C)

*Já não estamos nos tempos primitivos em que o Homem precisava de caçar. E é um disparate a quantidade de pessoas armadas que andam por aí a matar tudo a torto e a direito. Nem sequer têm formação específica para isso. Para se conceder uma licença de caça devia ser preciso fazerem-se testes psicotécnicos e dar formação às pessoas.* (2º C + 3º C e S)

Ainda no seio dos docentes que se posicionaram de um ponto de vista biocêntrico, a caça foi considerada por 8 do 1º grupo como uma actividade que gera desequilíbrios na natureza, no que constitui a negação do argumento utilizado por alguns dos seus defensores, que a consideram fundamental para a manutenção do equilíbrio ecológico. Um dos docentes afirmou mesmo, numa linha argumentativa semelhante à de Regan (1983), que esta pretensa vantagem é evocada em teoria mas que o objectivo real é meramente o lazer. E outro chamou a atenção para as regras e limites que não são cumpridos.

*Já há algumas regras. Mas eu acho que a legislação não consegue acautelar todos os limites que seria necessário acautelar. E há pessoas que as ultrapassam, que acabam por violar essas regras que lhes são impostas.* (EI + 1º C)

À volta da ideia de equilíbrio ecológico, 3 outros docentes (2 do 2º grupo) justificaram a escolha da afirmação biocêntrica, contrapondo com as razões que os levaram a não seleccionar a afirmação ecocêntrica. Salientaram que o equilíbrio se atinge naturalmente, ou que há outros processos para o conseguir. *"Eu nunca recorreria à morte de animais. Iria colocá-los noutros sítios onde fizessem falta"* (2º C + 3º C e S). No entanto, 4 docentes, maioritariamente do 1º grupo, não deixaram de salientar que, embora na sociedade ocidental a prática da caça constitua uma actividade absurda, ela justifica-se em determinadas culturas onde surge como elemento de sobrevivência. Lembramos que igual ressalva é efectuada pelos teóricos biocêntricos.

*Se pensar noutro tipo de sociedades, como a dos índios brasileiros ou algumas tribos africanas, cuja vida depende em termos de subsistência daquilo que apanham na caça para comer, aí acho que faz sentido que a caça continue a existir.* (EI + 1º C)

Destacamos ainda a posição de um docente do 2º grupo que, embora tendo optado convictamente pela afirmação biocêntrica, manifestou para com a caça alguma abertura.

*Sou contra a caça, mas sei que do ponto de vista social ela pode trazer alguns benefícios por permitir extravasar alguma violência que algumas pessoas possam sentir. Li uma vez um estudo sobre isso, por acaso muito interessante, e também pode servir para controlar algumas espécies que eventualmente estejam com uma taxa de natalidade superior àquela que seria desejável no ecossistema. (2º C + 3º C e S)*

No que se refere às justificações de teor ecocêntrico, a necessidade de se manter o equilíbrio ecológico abriu caminho à possibilidade, se não da sua defesa intransigente, pelo menos da sua permissão. "A mim o que me choca é o caçar por caçar, aquela situação em que se está a matar os animais por matar..." (EI + 1º C). Um outro docente preferiu salientar a ancestralidade desta actividade como forma de a legitimar.

*Eu não sou uma fundamentalista. O que acontece frequentemente com as questões ambientais é que se movem por extremos. De um lado, encontram-se as pessoas que têm um desrespeito total pelo ambiente e, do outro, os fundamentalistas, para quem nem um herbário se pode fazer. Eu não sou fundamentalista, acho que a caça é qualquer coisa que sempre existiu e que sempre esteve em equilíbrio com a natureza e, portanto, também pode continuar a existir desde que esse equilíbrio se mantenha. (2º C + 3º C e S)*

Apesar do sentimento de rejeição (quase) global por esta actividade, 5 professores do 2º grupo consideraram relevante o papel da caça como actividade integradora do Homem na natureza, algo que a resposta anterior parece igualmente indiciar.

*Não é que eu sinta necessidade nenhuma de caçar, mas acho que, de facto, nós temos um instinto ainda. Noto isso. Não é caçar só pelo mero prazer de matar. É a ligação com a natureza... portanto deve ser instinto. Eu não sinto, mas via pelo meu avô. Lembro-me que ele caçava sempre em zonas de caça, e o que caçava era depois consumido. (...) Parece-me mais importante, em relação à caça, as preocupações que temos de ter com o chumbo que fica no solo e contamina depois os aquíferos, do que propriamente com a caça em si. Preocupa-me mais o impacto do chumbo. (2º C + 3º C e S)*

Esta resposta é também curiosa uma vez que, tendo sido dada por uma professora, traduz alguns dos desenvolvimentos teóricos da tese da *biofilia*, a que fizemos referência no início. Segundo esta tese, nas sociedades humanas primordiais cabia aos homens o acto de caçar, o que acabou por motivar uma maior apetência masculina por esta actividade.

No que se refere ao tema da alimentação humana não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos ( $p = 0,116$ ). E, as tendências verificadas neste tema podem ser consideradas dissonantes em relação à posição dos docentes face aos outros dois temas (quadro 5).

Apesar de a afirmação ecocêntrica ter sido a mais seleccionada pelos professores (27-45%, em que 14 foram do 1º grupo), a afirmação



antropocêntrica foi a mais escolhida pelos do 2º grupo, seleccionada por metade (15) destes sujeitos. A afirmação biocêntrica recolheu a preferência de um número diminuto de docentes (apenas 9-15%, sendo 7 do 1º grupo).

	<b>Alimentação humana</b>		
	<b>1º G</b>	<b>2º G</b>	<b>T</b>
<b>A</b>	9	15	24
<b>B</b>	7	2	9
<b>E</b>	14	13	27
<b>X<sup>2</sup></b>	p = .116		
<b>AB</b>	0	4	4
<b>AE</b>	9	11	20
<b>BA</b>	3	0	3
<b>BE</b>	4	2	6
<b>EA</b>	9	12	21
<b>EB</b>	5	1	6

Quadro 5.- Incidência das perspectivas antropocêntrica (A), biocêntrica (B) e ecocêntrica (E) como 1ª opção e conjugando as 1ª e 2ª opções (AB, AE, BA, BE, EA e EB) para o tema "alimentação humana" e em função dos dois grupos em análise: 1º G (EI + 1º C) e 2º G (2º C + 3º C e S).

A escolha da 2ª opção deu-nos prova de que os docentes se aproximaram maioritariamente das perspectivas ecocêntrica e antropocêntrica. Dos 14 sujeitos do 1º grupo que se posicionaram de um ponto de vista ecocêntrico, 9 seleccionaram o par EA (64% da 1ª opção), e dos 13 do 2º grupo que responderam de modo idêntico, 12 optaram pelo mesmo par de afirmações (92% da 1ª opção). Dos 15 sujeitos do 2º grupo que escolheram a afirmação antropocêntrica, 11 optaram pelo par AE (73%), numa inversão da ordem da escolha anterior. Como resultado das frequências dos diferentes pares de respostas, não se obtiveram diferenças estatisticamente significativas. O facto de as perspectivas ecocêntrica e antropocêntrica legitimarem uma alimentação omnívora, embora partindo de pressupostos distintos, ajuda a explicar certamente os resultados obtidos. E foi interessante verificar que uma parte importante dos participantes sentiu necessidade, não tanto de justificar a sua escolha de forma directa, mas antes de manifestar a sua opinião em relação ao teor da afirmação biocêntrica, mesmo preterindo-a. Parece assim que o vegetarianismo e o veganismo não deixam ninguém indiferente.

Dos professores que seleccionaram a afirmação ecocêntrica, 5 (3 do 2º grupo) destacaram o lado biológico da alimentação humana, e como a nossa fisiologia aponta claramente para uma alimentação omnívora. Apresentamos dois extractos de respostas em que esta ideia se encontra presente, embora expressa de modo distinto.

*O Homem é um animal como qualquer outro e deve estar relacionado com o seu habitat, com o seu meio, com os recursos da terra onde ele nasceu. Nestes recursos encontram-se tanto animais como plantas. (EI + 1º C)*

*O nosso sistema digestivo encontra-se preparado para uma diversidade grande de alimentos. Nós não somos herbívoros, somos omnívoros por natureza e, portanto, devemos comer de tudo. (2º C + 3º C e S)*

Outros 4 sujeitos (2 de cada grupo) destacaram que, apesar da nossa condição de onívoros, o nosso passado evolutivo aponta para uma necessidade reduzida no consumo de carne. E lembraram que uma tendência contrária se torna igualmente nociva para a própria saúde. Um exemplo:

*No próprio passado da espécie humana raramente se comia carne. De facto, no passado havia uma fortíssima componente vegetal. Fortíssima! Desde a recolha das raízes, às folhas, aos frutos, e essa componente acho que se devia manter. A carne não era fundamental. Hoje vivemos na sociedade do bife, o que obriga depois a criar uma agricultura do bife, e mais uma pecuária do bife e tudo gira à sua volta... E depois tem inconvenientes gravíssimos em termos de saúde humana. (EI + 1º C)*

Para outros 3 participantes (2 do 1º grupo) as plantas são igualmente seres vivos, pelo que consideraram injustificada a preocupação associada ao consumo de animais. Manifestaram uma posição igualitarista perante as diferentes espécies, ignorando as especificidades das formas de vida animal e vegetal. Um dos professores expressou-a de forma contundente.

*O ser humano na sua alimentação, quer historicamente, quer do ponto de vista da saúde e do equilíbrio físico, tem necessidade de uma grande diversidade de alimentos. Não acho que faça grande sentido negar essa característica do Homem só para não se matar um animal, porque as plantas também são seres vivos. E se não matássemos plantas nem animais não sei muito bem o que comeríamos. Por que é que se é fundamentalista em relação aos animais e depois se esquece que as plantas também são seres vivos e se acha que se pode matar as plantas? (EI + 1º C)*

Esta posição, que pretensamente coloca as plantas em pé de igualdade com os animais, não é defendida pelos teóricos biocêntricos igualitários. Por exemplo, Taylor (1989) que considera que todos os seres vivos possuem um valor intrínseco idêntico, não deixa de considerar preferível o consumo de plantas em detrimento do dos animais pelo sofrimento que é causado a estes seres vivos. Em oposição a estas ideias, alguns docentes voltam a revelar este pretensão igualitarismo mas agora como argumento central de defesa de um ponto de vista antropocêntrico. Como afirmou um deles:

*Eu tenho algum medo dos radicalismos relativamente às questões de comer carne, de comer animais. Qualquer dia nem as cenouras comíamos porque também são seres vivos... São é vegetais! (2º C + 3º C e S)*

De entre os outros docentes com uma perspectiva antropocêntrica do tema em análise, 3 do 2º grupo confessaram até a sua simpatia pelo vegetarianismo. Dois deles afirmaram não ter (ainda) adquirido a força de vontade capaz de os encaminhar para este tipo de alimentação. O outro salientou a nossa necessidade de proteínas animais, mas admitiu que a postura ideal seria não causar mortalidade nos animais. Todavia, a justificação que melhor traduziu a escolha da afirmação antropocêntrica, dada a sua frequência, encontra-se expressa de forma clara e sucinta por um dos docentes: *"Eu acho que o Homem deve por seu livre arbítrio escolher aquilo que quer comer sem imposição de ninguém"* (2º C + 3º C e S).

Em relação às justificações que acompanharam a escolha da afirmação biocêntrica, assinalamos como mais relevante o facto de 6 dos 9 participantes (4 do 1º grupo) terem assumido não praticar uma alimentação vegetariana. Todavia, justificaram a escolha por a considerarem a situação ideal, benéfica igualmente em termos de saúde, e por, ainda assim, o consumo de carne ter um peso diminuto na sua alimentação quotidiana. No entanto, todos afirmaram consumir peixe, e um deles mencionou apenas excluir as denominadas “carnes vermelhas.” Para melhor percebermos que não se tratou propriamente de uma contradição entre o que defendem na teoria e a sua prática real, seleccionámos uma das respostas que nos parece mais esclarecedora e que inclui até fundamentos que poderiam ser associados a uma visão ecocêntrica do tema.

*Eu não como carne mas ainda como peixe. E porquê? Porque uma pessoa não pode passar repentinamente de um regime alimentar carnívoro para um regime alimentar herbívoro. Mas eu vou chegar lá! Ainda não cheguei, e vou tentando sempre educar os meus alunos no sentido de eles se aperceberem de como é que é feito o nosso organismo. É que nós descendemos do macaco, e o macaco é herbívoro, não é omnívoro. (2º C + 3º C e S)*

Em termos globais é de assinalar uma maior tendência dos inquiridos do 1º grupo para se identificarem com as afirmações biocêntricas, enquanto que os do 2º grupo, em termos relativos, tenderam para uma selecção mais elevada das afirmações ecocêntricas. Tínhamos colocado como justificação para a diferenciação destes dois grupos o modelo de formação e a própria vivência profissional associada a alunos de um nível etário distinto. É possível assim que, pelo facto de uma elevada percentagem de docentes do 2º grupo possuírem uma formação no domínio das ciências naturais, isso possa contribuir para uma maior literacia ecológica responsável por uma identificação maior com as ideias ecocêntricas. Contudo, esta relação é meramente especulativa e necessita de ser apoiada em mais investigação. Aliás, como salienta Orr (1992), “não é claro se a ciência ecológica será a última das velhas ciências ou a primeira das novas. Na primeira concepção, a Ecologia é a ciência da gestão eficiente de recursos. Na segunda, constitui a base para uma pesquisa alargada de padrão e significado. E, como tal, não pode evitar temas de valor e as questões éticas como as levantadas na ‘Land Ethic’ de Leopold” (p. 94).

### **Considerações finais**

Os resultados obtidos, e apesar das diferenças entre grupos, sugerem que os docentes possuem em relação a temas como a diversidade cultural e a caça um posicionamento pouco centrado no ser humano, menos acentuado, é certo, em relação ao tema da alimentação humana. Este facto é relevante, uma vez que a matriz antropocêntrica que indiscutivelmente tem dominado o pensamento humano, ou que pelo menos tem orientado os poderes político e económico, conduziu a humanidade à presente crise ambiental. Assim, os professores parecem estar em condições de poderem promover junto dos seus alunos formas de olhar a natureza que se afastam do ideário dominante, e com as quais até se parecem identificar na sua maioria. Contudo, importa aqui salientar que não defendemos um qualquer

endoutramento numa perspectiva em particular. Consideramos sim fundamental possibilitar o conhecimento de uma multiplicidade de argumentos que se levantam associados a temas tão diversificados relacionados com o ambiente.

O principal problema perante esta possibilidade que se considera salutar é que os professores entrevistados, embora mobilizados para a EA, parecem ignorar, no contexto da sua prática pedagógica, muitos dos temas sobre os quais foram inquiridos e trabalham quase exclusivamente a questão dos resíduos sólidos urbanos. Ou então, como aconteceu em relação à alimentação humana, limitam a sua abordagem e impedem a promoção de valores diferenciados do ideário dominante.

Assim, e em relação aos temas objecto de discussão neste artigo, parece-nos importante conhecer todo um leque de manifestações culturais que se relacionam com a natureza, e que surgem no contexto das sociedades tribais. Bowers (1995) destaca como características essenciais de muitas destas culturas centradas ecologicamente a forma de experienciar o “eu” como parte integrante do todo, a inclusão comunitária das diferentes formas de vida existentes na biosfera e a ligação entre o passado e o futuro, em que cada indivíduo é colocado num contínuo temporal. Em consequência destas características, a memória e o conhecimento dos mais velhos são tidos em linha de conta, o que é acentuado pelo facto de a tradição oral ser o modelo comunicacional privilegiado. Todavia, este conhecimento também torna perceptível a impossibilidade de transpor um tal modelo para a nossa sociedade marcadamente tecnológica. Mas um conhecimento de tais realidades não é motivado pelo desejo irreflectido de imitação ou pela tentativa absurda de reconduzir a civilização a uma qualquer fase de primitivismo. Como sublinha Rolston III (1990), no diálogo com outras culturas não se pretende reconduzir a humanidade às tradições supersticiosas através de formas pré-científicas e mitológicas de valorização da natureza. E Bowers (1993) sublinha não pretender eliminar as modalidades de expressão não oral nem defender a aceitação acrítica de todas as tradições, tanto mais que a nossa civilização, marcadamente urbana, impossibilita uma transposição directa de outros modelos. Esse conhecimento permite sim despertar para outras formas comunitárias de interacção com a natureza, e possibilita-nos uma maior consciência do impacto negativo nos ecossistemas decorrente do nosso estilo de vida. Além disso, não invalida a procura de imitação naquilo que é plausível ser imitado, o que é desde logo revelador de não arrogância no posicionamento em relação a outras culturas tantas vezes consideradas inferiores, sem escamotear os aspectos negativos igualmente nelas presentes. E respeitar a diversidade cultural não pode pressupor qualquer posicionamento acrítico perante práticas menos benignas para com o ser humano ou outros seres vivos. Como salienta Rachels (2004), “condenar uma prática em particular não é dizer que uma cultura é no seu todo desprezível ou inferior a qualquer outra cultura, incluindo a nossa” (p. 51).

Em concordância com estas ideias, consideramos assim relevante que os professores estimulem o conhecimento das formas de relação com a natureza de diferentes povos nativos, mas igualmente de práticas de sustentabilidade rural (e também urbana) que têm ocorrido na própria sociedade ocidental. Este último aspecto afigura-se-nos particularmente

pertinente se atendermos à realidade portuguesa. A ligação que muitas famílias urbanas ainda mantêm com o mundo rural potencia o contacto com uma geração mais velha criada na ausência de desperdício. O conhecimento do mundo rural tradicional, quando tradutor de uma vivência comunitária solidária, revela-se importante pelo contraste que permite estabelecer em relação à vida urbana, marcadamente individualista. Permite também explorar outras dimensões, por vezes esquecidas, e que passam pela possibilidade (ou impossibilidade) de compreensão de como é possível manter uma relação de proximidade com outros seres vivos e utilizá-los, simultaneamente, como mercadorias em transacções comerciais ou na alimentação. Claro que neste âmbito importa evitar as manifestações idealizadas do mundo rural, e sobretudo não ignorar o conservadorismo que impera em muitas destas comunidades e as marcas de pobreza e de injustiça social que estiveram associadas a algumas das práticas sustentáveis que nelas ocorreram e ainda ocorrem.

Igualmente pertinente é a discussão de algumas tradições ou práticas que ocorrem na sociedade portuguesa e que no nosso entender têm sido pouco debatidas. Estão neste caso as touradas e, mais recentemente, as lutas de cães, já para não falarmos do ritual da matança do porco, em declínio em parte fruto do próprio declínio do mundo rural tradicional. Parece assim que as tradições que envolvem os outros seres vivos raramente são encaradas como assuntos possíveis de abordar no âmbito da EA, embora os professores entrevistados não tenham deixado de as evocar espontaneamente a propósito do tema da diversidade cultural.

Merecedora igualmente de análise é a questão da caça. Importa assim confrontar argumentos que permitam tornar clara a pertinência desta actividade em determinados contextos, mas simultaneamente esgrimir as alternativas que se colocam à sua utilização, como forma de equilibrar os ecossistemas. Importa ainda não escamotear a fraca consciência ecológica de muitos caçadores, mais preocupados com o prazer que retiram de um tiro nem sempre certo, direccionado por vezes para um qualquer animal que muitas vezes nem sequer pertence a uma espécie cinegética.

Em relação à alimentação humana importa transferir a discussão da esfera exclusiva da saúde humana e passar a analisar as consequências para os ecossistemas do consumo de diferentes alimentos de origem animal e vegetal, não deixando de abordar a temática do sofrimento animal. Ainda assim, importa neste tema estar preparado para maiores resistências à mudança de hábitos enraizados na sociedade, tal como nos é sugerido pelas respostas dos próprios professores inquiridos, nas quais se evidencia uma certa resistência à diminuição no consumo de carne.

Em resumo, diríamos que há um défice que percorre toda a escolaridade portuguesa na abordagem de temas polémicos, mesmo sem se pretender, pelo menos numa fase inicial, a alteração de qualquer situação existente. Este défice não parece atenuar-se junto dos docentes que à partida estariam em melhores condições para incluir estes temas na sua prática pedagógica, porque se mobilizam com frequência em projectos de EA. Ora estes temas, por vezes mesmo incómodos, revelam um enorme potencial cognitivo, já que possibilitam o contacto com diferentes posições, o que contribui para abanar os sistemas de crença de cada um, mexendo assim

com aspectos que por vezes pensamos inquestionáveis. Envolvem questões complexas que não podem ser respondidas apenas numa base intuitiva, já que impõem como requisito o conhecimento de diferentes posições e dos fundamentos que as apoiam. Assim, e meramente a título de exemplo, poderiam ser trabalhados a partir da análise crítica dos estatutos ou códigos de conduta de determinadas associações ou entidades como, por exemplo, as organizações de defesa do ambiente, de defesa dos animais, associações de pescadores e caçadores, clubes de ar livre, associações culturais diversas, de defesa do consumidor e vários movimentos ideológicos.

Naturalmente que a escolha destes temas nunca pode perder de vista a adequação dos assuntos, assim como o tipo de abordagem, em função do nível etário dos alunos, e deve ter ainda em linha de conta outros aspectos decorrentes da vivência contextual de cada região. Mas simplificar uma abordagem é algo bem distinto da ausência de tratamento de questões, que embora fortemente relacionadas com o ambiente, permanecem arredadas dos alunos dos diferentes níveis de escolaridade. Oxalá em outros países a realidade seja diferente!

### Referências bibliográficas

Almeida, A. (2005). *Concepções ambientalistas dos professores: suas implicações em Educação Ambiental*. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação, Universidade Aberta (Portugal).

Bowers, C.A. (1993). *Education cultural myths, and the ecological crisis. Toward deep changes*. New York: State University of New York Press.

Bowers, C.A. (1995). *Educating for an ecologically sustainable culture. rethinking moral education, creativity, intelligence, and other modern orthodoxies*. New York: State University of New York Press.

Callicott, J. (1989). *In defense of the land ethic. Essays in environmental philosophy*. New York: State University of New York Press.

Conover, W.J. (1999). *Practical nonparametric statistics* (3. ed.). New York: John Wiley and Sons, Inc.

Kahn, P.H., Jr. (1999). *The Human relationship with nature. development and culture*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

Leopold, A. ([1949] 1989). *A Sand county almanac*. New York, Oxford: Oxford University Press.

Marcus, E. (2005). *Meat market. animals, ethics, & money*. Boston, Massachusetts: Brio Press.

Midgley, M. (1992). Towards a more humane view of the beasts? In D. E. Cooper e J. A. Palmer (Eds.). *The Environment in question* (pp. 28-36). London: Routledge.

Naess, A. (1989). *Ecology, community and lifestyle*. Cambridge: Cambridge University Press,.

Orr, D.W. (1992). *Ecological literacy. education and the transition to a postmodern world*. Albany: State University of New York Press.

Rachels, J. (2004). *Elementos de filosofia moral*. Lisboa: Gradiva. [Publicado originalmente em inglês em 2003]

Regan, T. (1983). *The case for animal rights*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press.

Rolston III, H. (1988). *Environmental ethics - duties to and values in the natural world*. Philadelphia: Temple University Press.

Rolston III, H. (1990). Science-based versus traditional ethics. In J. R. Engel e J. B. Engel (Eds.). *Ethics of environment and development. global challenge and international response* (pp. 63-72). London: Belhaven Press.

Singer, P. (2000). *Libertação animal*. Porto: Via Óptima. [Publicado originalmente em inglês em 1990 - edição revista]

Taylor, P.W. (1989). *Respect for nature. A theory of environmental ethics*. Princeton. New Jersey: Princeton University Press, 1989.

Wilson, E.O. (1984). *Biophilia. The human bond with other species*. Cambridge: Harvard University Press.

World commission on environment and development. (1987). *Our common future*. Oxford: Oxford University Press. (Relatório Brundtland)